

A INFÂNCIA EM RISCO: A PALAVRA COMO FORMA DE AMPARO DA ANGÚSTIA INFANTIL NO CONTEXTO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

**CHILDHOOD AT RISK: THE WORD AS A FORM OF SUPPORT FOR CHILDREN'S
ANGUISH IN THE CONTEXT OF SOCIAL VULNERABILITY**

Carliane Mendes de Oliveira
Mestre em Psicologia pela Universidade De Fortaleza (UNIFOR)
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1183-4783>
carlianemendesdeoliveira2521@gmail.com

Alessandra Serra Nascimento
Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS)
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7854-4337>
aluxcrin@gmail.com

Mariana dos Santos Colares Linard
Graduação em Psicologia pelo Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS)
Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-9226-0528>
marianacolares04@gmail.com

Leônia Cavalcante Teixeira
Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza
(UNIFOR). Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
(UERJ)
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4997-5349>
leonia.ct@gmail.com

RESUMO

O artigo discute, sob a ótica psicanalítica, o papel fundamental da linguagem na formação psíquica durante a infância, principalmente em contextos de vulnerabilidade social, entendendo que, nessas condições, há o agravamento de dois vieses muito delicados: a infância e a fragilidade do ambiente. Assim, buscou-se analisar as formas de apoio direcionadas às crianças, considerando o cuidado necessário durante esse período de fragilidade física e emocional, bem como o investimento oferecido pelos cuidadores em contextos mais precários. O objetivo central é investigar como essa vulnerabilidade pode ser agravada quando inserida em contextos sociais marcados por um desamparo social. A metodologia empregada consistiu em uma revisão narrativa de artigos que abordam o assunto sob a ótica da psicanálise. Assim, utilizou-se os descritores “infância” e “vulnerabilidade social” adicionado do descritor “psicanálise”, com o operador booleano AND, para fazer essa busca no Google Acadêmico e na SciELO. Em sua análise, o presente estudo dialoga tanto com autores clássicos, como Winnicott e Ferenczi, quanto com pensadores contemporâneos que revisitam seus conceitos, visando compreender o papel da linguagem como um instrumento de apoio diante da angústia infantil. Os resultados indicam que situações de desamparo, nas quais o bebê não recebe a representação simbólica sustentadora, dificultam a transição do corpo orgânico para o corpo subjetivo. Observa-se que a ausência de um ambiente facilitador compromete a elaboração psíquica das primeiras experiências. Considerando que a infância é o período em que a pessoa forma suas primeiras percepções do mundo — fundamentais para o desenvolvimento de sua personalidade futura —

, é ainda mais crucial ampliar o debate sobre essas condições, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. Entender como a infância se desenvolve a partir das experiências de angústia e de que forma a psicanálise pode oferecer suporte protetivo ajuda a construir trajetórias adultas com maior complexidade psicológica. Conclui-se que a constituição psíquica depende da presença das funções materna e da mediação da linguagem desde a gestação. Nessa constituição, a psicanálise se apresenta como um dispositivo fundamental de amparo simbólico, ao sustentar, pela palavra, a inserção do bebê na cultura.

Palavras-chave: Infância. Psicanálise. Desamparo. Angústia. Vulnerabilidade Social.

ABSTRACT

The article discusses, from a psychoanalytic perspective, the fundamental role of language in psychic development during childhood, especially in contexts of social vulnerability, understanding that under such conditions there is an intensification of two highly delicate dimensions: childhood itself and the fragility of the environment. Thus, the study aimed to analyze the forms of support directed toward children, considering the care required during this period of physical and emotional vulnerability, as well as the investment offered by caregivers in more precarious contexts. The central objective is to investigate how this vulnerability may be exacerbated when inserted into social contexts marked by social helplessness. The methodology consisted of a narrative review of articles that address the topic from a psychoanalytic perspective. For this purpose, the descriptors “childhood” and “social vulnerability,” combined with the descriptor “psychoanalysis” using the Boolean operator AND, were used to conduct the search in Google Scholar and SciELO. In its analysis, the present study engages both with classical authors, such as Winnicott and Ferenczi, and with contemporary thinkers who revisit their concepts, in order to understand the role of language as an instrument of support in the face of childhood anguish. The results indicate that situations of helplessness, in which the infant does not receive sustaining symbolic representation, hinder the transition from the organic body to the subjective body. It is observed that the absence of a facilitating environment compromises the psychic elaboration of early experiences. Considering that childhood is the period in which individuals form their first perceptions of the world—fundamental to the development of their future personality—it becomes even more crucial to broaden the debate on these conditions, especially in contexts of social vulnerability. Understanding how childhood develops through experiences of anguish and how psychoanalysis can offer protective support helps to build adult trajectories with greater psychological complexity. It is concluded that psychic constitution depends on the presence of maternal functions and on the mediation of language from gestation onward. Within this process, psychoanalysis presents itself as a fundamental device of symbolic support, by sustaining, through the word, the infant’s insertion into culture.

Keywords: Child. Psychoanalysis. Helplessness. Anxiety. Social Vulnerability.

1. INTRODUÇÃO

Pensar na infância é, antes de tudo, pensar com mais seriedade em contextos de vida adulta também mais saudáveis, uma vez que é possível notar por toda a literatura clássica e contemporânea como as primeiras relações do bebê podem ser vistas ao longo da vida do sujeito por meio de reedições delas. Considera-se que o processo de constituição psíquica advém da própria condição de desamparo inerente ao ser humano no início de sua vida, porém Aguiar,

Martins e Rosa (2019) refletem que ainda, sim, a presença e o encargo de outras pessoas junto a aquele ser durante um tempo é fundamental para ele poder sobreviver. Este traçado das primeiras relações do infante com o mundo se dá por meio da satisfação de suas necessidades essenciais, cuidados que além de suprir o que é vital, estão ligados à delimitação de uma função simbólica que permite o acesso da criança às leis de cultura e linguagem.

A hipótese é de que, ainda na primeira infância, antes da experiência do sofrimento, a criança acredite na sua onipotência incondicional e somente após as primeiras decepções, ou o número crescente delas, bem como a complexidade que adquirem é que se faz necessário o reconhecimento da realidade, abandonando este sentimento de onipotência. É nesta passagem, portanto, que o sentimento de desamparo pode ser experienciado.

Entretanto, quando este sentimento é vivenciado antes da hora ou excessivamente pode causar implicações psíquicas graves que tal como afirma Ferenczi (1993) causam uma disposição no infante para traços da idade da sabedoria, além de uma disposição para cercar maternalmente os outros. Desse modo, os conhecimentos adquiridos a duras penas, ao longo da vida, sobre seu próprio sofrimento, podem torná-los bons e prestimosos, porém com um custo emocional bem alto, aonde exemplifica com a história da fruta bicada que ao amadurecer antes do tempo perde igualmente o sabor.

Assim, ainda que a condição de desamparo seja considerada própria do ser humano no início de sua vida, é fundamental para o processo de constituição, a presença e o encargo de outras pessoas junto a aquele ser durante tempo considerável para ele poder sobreviver (Aguiar; Martins; Rosa, 2019). Nessa fase inicial da vida, na qual o indivíduo encontra-se num estado de dependência absoluta, em especial, do mundo que lhe é oferecido pela mãe, é possível notar um franco processo de constituição subjetiva. Fato significativo, mas desconhecido, muitas vezes, pela mãe e pelo lactente. Para o bebê, ele e o meio não se diferenciam e este representa um lugar de verdadeira onipotência (Winnicott, 1983). A esta ou a figura dela, cabe a função de antecipação que garante à criança um lugar de pertença em uma linhagem, o que não acontece sem falhas e equívocos que são próprias da transmissão (Aguiar; Martins; Rosa, 2019).

A isso, Santoro (2014) alerta para a necessidade de pensar em uma transmissão transgeracional dessas mães para seus infantes, compreendendo a forma como estas foram amparadas para especular sobre as condições em que poderiam amparar seus filhos. A autora alerta que mulheres, que foram devastadas pelas próprias mães, por exemplo, escolhem parceiros amorosos sintomáticos igualmente devastadores a fim de compreender e resolver essa primeira dinâmica instalada. Nessa perspectiva, pensar em como se deu esta primeira relação

de amor é fundamental para compreender as constituições e escolhas atuais do adulto (Santoro, 2014).

Nota-se também que as mães que não conseguem ver seus filhos como melhores que a maioria, teriam uma imagem negativa de si mesmas, determinada por diferentes contextos de vida, que poderiam estar projetando em seu filho e, paralelamente, mostrariam uma enorme dificuldade de acreditar que, ao dar à luz, criaram algo de valor (Santoro, 2014). Diante dessa falta de investimento libidinal em si, torna-se quase impossível um investimento genuíno em um sujeito que ainda é visto como a extensão de si.

Percebendo-se, o quanto a família faz parte da constituição psíquica do sujeito, ambas as funções materna e paterna parecem estar atreladas ao modo como o bebê e posteriormente o adulto se constituem. Prata e Cintra (2017) refletem que o nascimento de um filho reativa nos pais a revivescência e reprodução de seu próprio narcisismo e esse ciclo se repete em todas as gerações decorrentes.

Para o infante dispor das condições necessárias para passar do que é subjetivamente concebido ao que é objetivamente percebido, ele necessita de uma área intermediária entre a realidade externa e a interna, que lhe permita suportar a angústia de separação, marcados primeiramente pelo reconhecimento da figura da mãe. Neste viés, Winnicott (1983) afirma que se esta não consegue suportar a posição esperada pelo filho, oferecendo as condições necessárias para um desenvolvimento saudável, pode ocorrer uma quebra, dando lugar a um sentimento de desamparo e o espaço potencial deixa de ser produzido.

Diante disso, nota-se que o bebê precisa estar primeiro vinculado para que gradualmente possa fazer-se os cortes necessários, e estes precisam ser na certeza de uma mínima segurança emocional. A isso, Winnicott (1983, p. 169) postula: “É uma alegria estar escondido, mas um desastre não ser achado” deixando claro a necessidade da criança de separação do outro, mas que deve ser feita sob os olhares de alguém que suporta a condição de objeto e que sustenta essa subjetivação. Para aqueles que não foram achados, restariam duas saídas: ficar preso a essa experiência traumática ou tornar-se, bem cedo, um falso *self*, fazendo referência a um ser cuja mente se hipertrofia para cuidar do *self*, adquirindo uma espécie de inteligência falsa, um congelamento desta, enquanto espera alguém para cuidar-lhe (Winnicott, 1983).

Ao voltarmos para este bebê que se tornou um sábio, nas palavras de Ferenczi (1993), e um falso *self* nas palavras de Winnicott (1983), e os espaços de elaboração que encontrou para isso, notamos a “maturidade e capacidade de ficar só significam que o indivíduo teve a oportunidade, através da maternidade suficientemente boa, de construir uma crença num

ambiente benigno” (p. 34). Dessa forma, é possível compreender que em uma situação tida como ideal, a mãe coloca-se à disposição para que a criança faça, por si só, essa separação própria, nem sendo intrusiva e nem promovendo o desamparo, colocando-se as vistas quando solicitada para que o infante seja capaz de dispensar sua presença.

Dessa forma, verificamos que pensar nessa maternidade é refletir sobre a instauração de rupturas emocionais, pois por mais preparada que acredite estar essa mãe, ela jamais poderá vislumbrar todos os desdobramentos dos momentos que irá vivenciar com seu bebê. Sendo quase sempre possível observar uma ambiguidade nos desejos que perpassam essa relação, verificando-se que, para a mãe, a construção do vínculo com o filho sonhado precisa preceder a chegada do bebê, sendo deste material que emerge a vinculação com o filho.

Portanto, nota-se o quanto é complexo o trabalho da mãe em uma perspectiva tida como ideal e a partir disso reflete-se em como este se daria em um cenário atravessado pela incidência de um contexto de vulnerabilidade social. O quanto uma mãe imergida em cenários precários poderia sanar todas essas demandas do infante? E, em caso de falta da mãe, quem mais poderia fazer esse papel?

Nota-se que em uma situação de desamparo, essa opção não é ofertada, a mãe em algum momento crucial faz falta e mesmo quando solicitada não se faz presente, possibilitando que a criança seja exposta a uma situação potencialmente traumática. Configurando o trauma não somente a partir do acontecimento em si, mas do modo como este incide sobre o psiquismo de alguém e por ele é processado.

Em contexto de vulnerabilidade social, Vilhena e Amaral (2007) pontuam sobre a incidência de uma fragilidade ainda maior, uma vez que as crianças não conseguem ter o mesmo espaço de escuta e acolhimento, ao serem marcadas por faltas de cuidados básicos, como o acesso à alimentação e a saúde adequada. Poderíamos especular uma espécie de ‘desamparo sob desamparo’, referir-se a aspectos de ordem externa, social e estrutural se sobrepondo a fatores de ordem interna, psíquica e próprios do desenvolvimento.

Então, ao considerarmos que nestes contextos há uma precarização do olhar de cuidado sobre a infância buscar-se-á entender como acesso à palavra pode funcionar como forma de amparo a angústia infantil, uma vez que se nota que o elo se parte, quando um laço identificatório não é estabelecido, pois, não é a diferença que é traumática e sim a dificuldade de reconhecimento da semelhança. É na falta de um reconhecimento de si no outro que a criança se sente desamparada, sem a segurança da presença de alguém capaz de dar sustentação à falta.

Nesta perspectiva, o analista estaria na posição de espiar revivência dessas figuras desaparecidas da infância, possibilitando uma releitura de pontos cruciais da vida do paciente, trazendo velhos fantasmas de volta à consciência e apaziguando-os no sujeito (Ferenczi, 1993). Quando em contexto de vulnerabilidade social, dentro de instituições governamentais, por exemplo, Vilhena e Amaral (2007) pontuam que a psicanálise pode promover a facilitação desse laço das crianças à família e conseqüentemente ao mundo.

De acordo com Yunes e Szymanski (2001), a vulnerabilidade diz respeito às pessoas e suas propensões ou inclinações a sofrer efeitos, ou reações negativas. Esse termo é comumente utilizado para indicar uma predisposição a desordens ou uma suscetibilidade ao estresse (Janczura, 2012). A vulnerabilidade pode estar, e geralmente está, relacionada à baixa condição econômica; no entanto, não é medida apenas pelo fato de um grupo estar ou não na linha da pobreza (Reis, 2019).

Carneiro e Veiga (2004) definem vulnerabilidade como a exposição a riscos e a limitada capacidade material, simbólica e comportamental de famílias e indivíduos para lidar com e superar os obstáculos que encontram. Dessa forma, os riscos estão ligados tanto às circunstâncias inerentes ao ciclo de vida das pessoas quanto às condições familiares, comunitárias e ambientais em que se desenvolvem. Os autores chegam à conclusão de que vulnerabilidades e riscos estão associados aos conceitos de carência e exclusão. Indivíduos, famílias e comunidades se tornam vulneráveis quando carecem de recursos materiais e imateriais para lidar de forma adequada com os riscos aos quais estão expostos, além de não possuírem habilidades para implementar estratégias que garantam um nível satisfatório de segurança pessoal e coletiva.

De acordo com os autores, a inclusão pode contribuir para a melhoria das condições materiais desses grupos e assegurar o acesso a serviços públicos fundamentais — como educação, saúde, moradia, alimentação, segurança pública, justiça, cultura e lazer — indispensáveis para o desenvolvimento de habilidades, autonomia e capacidade de ação. Eles destacam que riscos e vulnerabilidades são originados de diversos fatores interdependentes. Portanto, para reduzir esses riscos e promover a inclusão, é necessário implementar ações coordenadas em várias frentes, com um planejamento integrado e complementar.

Em pesquisas como a de Borges (2023) para o site UOL, onde o autor alerta para o aumento de casos de abandono de crianças menores de idade, “oito por dia, 262 por mês” em consonância a dados presentes na plataforma GOV.BR (Brasil, 2023) que relatam que a fome no Brasil aumentou nos últimos três anos questiona-se: haveria alguma ligação entre os fatos a

vulnerabilidade social e a incidência de um risco na infância? Seria possível exercer uma maternagem minimamente saudável em contextos tão precários? A psicanálise pode ser vista como um diferencial no cuidado direcionado à infância por meio do uso da palavra e em todos este processo?

Para dar conta dos questionamentos levantados, esse trabalho se objetiva a investigar de que maneira a vulnerabilidade pode ser agravada quando inserida em contextos sociais marcados pelo desamparo social. De modo específico, busca-se analisar à luz da psicanálise, os processos subjetivos e os fatores que poderiam agravar a constituição da infância. São estes os aspectos que serão explorados a seguir.

2. METODOLOGIA

Diante de uma inquietude em conhecer melhor as nuances que perpassam a infância e da curiosidade sobre seu funcionamento já visto como algo tão delicado, cunhou-se a necessidade de pensar como se daria esta fase do desenvolvimento em um contexto ainda mais exposto como é o da vulnerabilidade social. Fizeram-se, então, alguns questionamentos a respeito da temática infância, Psicanálise e Vulnerabilidade Social, tais como: Poderia a psicanálise intervir positivamente em um contexto de precariedade e através da palavra ofertada funcionar como um certo amparo? Buscamos então uma revisão literária de cunho narrativo para dar conta dessa problemática.

Nessa perspectiva, Cordeiro *et al.* (2007) defende que esta metodologia se consiste em uma abordagem mais aberta; partindo dificilmente de uma questão específica bem definida, não exigindo um protocolo rígido para sua elaboração, a busca das fontes não é pré-determinada e específica, sendo menos abrangente. A escolha das fontes é feita pela relevância e guiada pela experiência da autora pela temática. Configurou-se a pesquisa como qualitativa e tem a intenção de avaliar com maior profundidade as considerações de autores, especulando possíveis lacunas para suscitar estudos e aprofundamentos contínuos e posteriores.

Neste entremeio, partiu-se da definição da temática: psicanálise e cuidado da infância, optando-se por fazer uma revisão narrativa da mesma, em que foram consideradas as discussões de autores e trabalhos importantes que pudessem promover um diálogo mais crítico do assunto.

As bases de dados utilizadas para a busca dos artigos foram Google Acadêmico e Scielo, utilizando-se dos descritores “vulnerabilidade social”; “angústia”; “infância” combinados pelo operador booleano AND ao descritor “psicanálise”. Os critérios de inclusão são artigos que discutem as temáticas diretamente sobre a infância e a primeira infância a partir da psicanálise,

estudos que discutem a psicanálise como forma de amparo e estudos que dialoguem com a obra de autores clássicos. Os critérios de exclusão foram artigos de revisões sistemáticas ou de meta-análise e artigos com as temáticas citadas deslocadas da discussão psicanalítica.

Para complementar a análise, foram escolhidos autores clássicos, objetivando-se relacionar a estrutura familiar, ou a falta desta, com o sentimento de desamparo na constituição subjetiva do sujeito em situação de vulnerabilidade social. Adentrando o tema, buscou-se apurar de que modo a palavra pode servir como lugar de amparo da angústia infantil por meio do suporte dado à díade mãe e bebê, afetando assim a estruturação psíquica da criança; identificando possíveis formas de intervenção e potencialização da psicanálise para o processo de desenvolvimento, a partir da simbolização e ressignificação do trauma, repensando o modo como a psicanálise pode fazer amparo em situação de vulnerabilidade e a importância da palavra como possibilidade de suporte psíquico.

3. RESULTADO E DISCUSSÕES

É a partir do reconhecimento de que os desejos inconscientes são sempre originários da infância e se comportam como caminhos reiteradamente atravessados e indestrutíveis durante todo o decorrer da vida, que se deve pensar nos efeitos do desamparo diante da constituição subjetiva. Afinal, tal como Rudge (2009) afirma, o peso do acaso na história e os acontecimentos traumáticos instauram crises identificatórias e exigem o refazer constante da própria história, num trabalho nunca definitivamente finalizado, mas que pode ser potencializado positivamente através do fazer da psicanálise, principalmente quando atuando precocemente.

Para o infante dispor das condições necessárias para passar do que é subjetivamente concebido ao que é objetivamente percebido, ele necessitaria de uma área intermediária entre a realidade externa e a interna. Essa figura promotora de amparo que lhe permitiria o devido suporte da angústia de separação é marcada prioritariamente pelo reconhecimento da própria figura materna. Winnicott (2006) pondera que se, no entanto, esta figura lhe falta e não consegue suportar a posição esperada pelo filho, oferecendo as condições necessárias para um desenvolvimento saudável, pode ocorrer uma quebra que dá lugar a um sentimento de desamparo e o espaço potencial para o desenvolvimento saudável deixa de ser produzido.

Legitimando esta ideia, pontua-se que a medida que o bebê espera contar com a presença segura da mãe e que esta lhe inspira a confiança em si e no mundo, anseia que a mesma consiga apresentar-lhe uma vida que valha a pena ser vivida (Winnicott, 1983). Ao que parece, a criança

ávida de ser amada, mas temerosa a partir do sentimento de desamparo, persiste no adulto e todo amor e ódio não passam de reedições de movimentos afetivos ocorridos durante a primeira infância e depois recalçados no inconsciente.

Inicialmente este bebê e sua mãe comporiam uma unidade e, neste primeiro momento, a relação seria de co-dependência absoluta. Logo, o ego materno seria responsável por organizar o ego do bebê (Winnicott, 2006). Para o infante, nada existiria além de si, e a mãe seria vista como uma parte sua. O autor reflete que a base da individualidade está nos primórdios do relacionamento entre a mãe e seu filho. Logo, o fundamento para um bebê tornar-se indivíduo, existir e ser seria o contato íntimo estabelecido com a mãe, naquilo que lhe for possível (Winnicott, 2006).

A posição ambígua, porém, necessária, ocupada pela mãe, faz menção a sua tarefa de ocupar um lugar também de onipotência, capaz de se fazer suporte quando o infante solicitar. Contudo, a função materna precisa ainda ser capaz de fazer luto neste lugar, ofertando as condições necessárias para que a criança se descole dessa dependência e se desenvolva. Em análise, ao se fazer objeto, o analista se propõe a reconstituir essa idade, facilitando o processo de crescimento emocional do infante ou do adulto que fala através de sua criança interior (Winnicott, 1983).

Em um contexto tido como ideal, Ferenczi (1993) pontua que a criança deveria ser levada por um longo caminho de amor e cuidado, de modo a perdoar os pais por porém-na no mundo sem lhe perguntar qual era a sua intenção. Caso contrário, as pulsões de destruição logo entraram em ação. A isto, o autor ainda acrescenta que o questionamento de porque trazidas ao mundo se não estavam dispostos a recebê-las, torna-se um pensamento recorrente e recalçado.

A consequência primária deste tipo de trauma seria facilmente verificada no sentimento de angústia despertado e este cresce e exige uma válvula de escape: o sintoma. Cabendo, portanto, ao analista a missão de reconhecer as diferentes modalidades de transferência com as devidas condições de dependência de cada paciente “desamparado”. Perceber qual lugar de desejo essa criança ocupa ou ocupou diante da família torna-se fundamental, a medida que, como afirma Ferenczi (1993), as crianças são obrigadas a resolver todos os conflitos familiares, carregando sobre seus frágeis ombros o fardo de todos os membros da família.

Pensar nesse registro do mal-estar é pensar no campo da intensidade e do excesso, quando os acontecimentos, irrompem o sujeito como um elemento surpresa. Segundo pontua Pereira *et al.* (2020), as experiências cotidianas tendem a se desvelar com uma dimensão intempestiva e marcada pela imprevisibilidade, provocando no sujeito, uma espécie de paralisia

psíquica e desorientação. A isso, é possível acrescentar que alguns adultos, responsáveis pelo cuidado desse infante, apresentam limitações nessa capacidade de cuidar, por estarem envolvidos em sua própria sobrevivência física e psíquica.

Nesse percurso, é possível perceber que alguns desses responsáveis, quando imersos nesse contexto de urgências, também podem agir com certa imprevisibilidade e intensidade ao cuidar, investir e traduzir o mundo para suas crianças. Pereira *et al.* (2020) acrescentam que essas reações excessivas por parte de alguns adultos, aparentemente envolvidos em sua própria sobrevivência psíquica, podem exigir dos pequenos o uso precoce de mecanismos psíquicos defensivos.

Considerando-se o quanto é desafiador para a criança se deparar com quantidades de energias procedentes do mundo externo e do mundo interno, que põem o aparelho psíquico em funcionamento, ter que dar conta dessas energias é, por vezes, excessivo devido ao estado de desamparo constitutivo (Pereira *et al.*, 2020). O que a criança busca é subjetivar-se a partir do sentimento de amparo, encontrando na família a segurança de que é possível ser feliz apesar de todas as frustrações e faltas. Somente um ambiente favorável consegue promover um processo de maturação saudável da criança.

Nota-se, então, que qualquer dano, infligido no começo da vida, pode se projetar como uma espécie de sombra por toda ela, quando, em análise, possibilita-se ligar estes fragmentos e recontar as histórias de modo a torná-las, gradualmente, menos sofríveis. Desse modo, verifica-se haver uma relação direta entre a família, ou a falta dela na constituição do sujeito, fazendo-se fundamental repensar suas configurações e como a psicanálise pode intervir positivamente nesse processo de simbolização e ressignificação em contextos de desamparo e vulnerabilidade social através do uso da palavra.

Para Broza Daher *et al.* (2017) a escuta ativa da psicanálise poderia promover a construção de um lugar de singularidade para o sujeito mesmo quando este enfrenta lacunas de âmbito estrutural. Neste aspecto, Bezerra-Filho *et al.* (2007) problematizam ainda que o Ceará e grande parte da região Nordeste enfrentam, historicamente, adversidades em áreas sociais, econômicas, demográficas e de atenção à saúde, o que sugere a existência de uma relação de causalidade entre esses segmentos e, mais especificamente, com a mortalidade infantil, denunciando ainda mais essas faltas que acometem a infância.

Nota-se que o período temporal em que as mães costumam ter seus filhos e a precariedade em que estão contextualizadas parecem afetar não só em dinâmicas do dia a dia, mas em toda a estruturação psíquica do infante, uma vez que advêm desse contexto, trazendo

as marcas deste. Assim, entender um pouco mais a respeito desse aspecto macropolítico importa tanto quanto entender as nuances de cada sujeito.

Quando consideramos o que Saldanha (2024) pontua para a CNN sobre a TMI (Taxa de Mortalidade Infantil) no Brasil vir caindo nos últimos anos, mas em 2023 chegar ainda a 12,5 óbitos por mil nascidos vivos, percebemos que o cenário ainda é muito aquém do ideal quando comparado a outros países, mas vem tendo um avanço. Tal progresso pode ser visto como um reflexo do aumento de projetos voltados às políticas públicas e a importância de programas governamentais voltados à educação, saneamento e saúde dispostos a pensar sobre melhores condições estruturais tanto para as mães quanto para os infantes e as famílias em que estão inseridos.

Por esse viés, solicita-se na clínica analítica contemporânea, pensar em como o analista pode intervir positivamente neste processo de subjetivação a partir do sentimento de vulnerabilidade e escassez vivenciado pelo infante em contextos de precariedade, pensando no sujeito em contexto individual, mas também em aspectos micropolíticos. Afinal, se este sentimento de desamparo foi criado a partir da falta das figuras parentais, não seria elas também a motivação para uma resposta? Estudar a infância a fundo e como se estrutura a família em contexto de vulnerabilidade social, parece ser uma forma de acessar essas questões.

Para Winnicott (2021) um nível suportável e até adequado de desamparo seria visto mediante uma ruptura saudável entre mãe e o bebê, aonde esta iria fazendo pequenos cortes e auxiliando-o a interessar-se pelo mundo. Afinal, sabe-se que, quando as coisas vão bem durante o desenvolvimento, ocorre gradualmente a desadaptação da mãe às necessidades do bebê e, nesse processo, a função intelectual, realizada pela mente, auxilia o infante a tolerar as falhas ambientais por meio da compreensão e da antecipação. A dificuldade começa, no entanto, em situações excessivas onde esse infante é colocado diante de um nível de angústia além do que lhe é possível suportar.

Neste aspecto, Vilhena e Amaral (2007) alertam que contextos de vulnerabilidade social denunciam uma precarização do olhar de cuidado das Instituições para com as mães e as famílias no geral, o que invariavelmente respinga em seus infantes, fato este que é facilmente visto no filme *Pixote* (Babenco, 1981), baseado em fatos reais e faz uma denúncia e um apontamento do quanto se pode definir cognitiva, social e psiquicamente uma criança que vêm de contextos de abandono, sobretudo do Estado.

Para mediar esse percurso e atenuar seus danos, a psicanálise adentra em contextos de vulnerabilidade social e institucional para promover alguns reparos através do uso da palavra,

escoamento e ressignificação de sintomas. Nesta perspectiva, esta ciência funcionaria como uma espécie de objeto transicional, ou seja, uma mediadora contra uma possível ansiedade instalada nos instantes em que o infante se percebe sozinho (Pereira *et al.*, 2020). Logo, comprova-se como fundamental a oferta de um espaço subjetivo, a fim de que o sujeito em desenvolvimento possa se reconhecer para além de um corpo orgânico.

Nesse contexto, tornou-se fundamental pensar em crianças que se encontram, em instituições sociais, uma vez que estas são vistas como fortes exemplos de vulnerabilidade e angústia. Ao pensar em como fazer amparo e acolhimento nessa situação, se faz necessário revisitar a psicanálise como suporte psíquico frente a essa mediação com o mundo através de seu suporte pela palavra. Afinal, desde o momento em que chora ao nascer, o sujeito já está ali à sua maneira, exprimindo uma queixa.

Crianças que se encontram em casas de acolhimento, por exemplo, por estarem sem a presença de seus genitores e de nenhum outro responsável único e imediato, podem ser vistas, de acordo com Guedes e Scarcelli (2014), como a máxima de uma infância em perigo e não deixar que essa se torne perigosa é um trabalho árduo dos seus cuidadores. A isto, os autores pontuam que os pais dessas crianças apresentam um certo medo diante da infância, uma vez que esta requer muita coisa e os gatilhos sobre o medo de não ter nada bom para darem a seus filhos, preferindo terceirizar esse cuidado.

Torna-se frequente, portanto, que as crianças, em situação de vulnerabilidade social, sejam vistas a partir de uma negação/negligência de sua subjetividade, como se, pelo fato de estarem em situações de desvantagem deveriam aceitar qualquer oferta de ajuda, ainda que não seja adequada às necessidades da mesma. Guedes e Scarcelli (2014) exemplificam isso em situações de festas comemorativas onde nada é perguntado sobre as crianças, sobre o que desejariam ou não e esta máxima poderia ser vista como um não da palavra e igualmente adoecedor.

Partindo da suposição de que os sujeitos produzem discursos, ao mesmo tempo, em que são produzidos por eles, Guedes e Scarcelli (2014) chamam atenção ainda para a identificação ou não a esses lugares instituídos. A implicação de diferentes posições subjetivas, como legitimação ou friccionamento dos discursos e as práticas em questão, é que fazem com que o mediador seja frequentemente convocado.

Considerando, que o cuidador primordial do bebê se configura como mediador da relação que ele, em estado de desamparo, estabelecerá com o mundo externo, Pereira *et al.* (2020) pontuam que o amparo concedido pelo adulto possibilita a inserção do bebê numa

condição de sujeito desejante. Similarmente, o cuidador pode agir por meio de seu gesto, desejo ou linguagem, sendo este um tradutor das necessidades do infante, auxiliando-o a reconhecer-se como sujeito humano, inserido no mundo.

É preciso que a dor dessa criança seja validada pelo adulto que dela cuida para que o sentimento de amparo possa se constituir e ela caminhar de modo mais confiante frente ao mundo. Quando este amparo não vem, traz um custo que muitas vezes só é possível ver a cobrança desse alto preço na vida adulta. Afinal, frequentemente é em um encontro a posteriori que, segundo Zavaroni e Viana (2015), o adulto se depara com fragmentos de lembranças de cenas e situações vivenciadas onde lhe atribui significados e realiza um trabalho de reconstrução.

Sabe-se que todo infante encontra-se em estado de dependência dos cuidados oferecidos pelos adultos e para Pereira *et al.* (2020) é essa dependência que pode potencializar vivências traumáticas, visto que o bebê está sempre a mercê do que o outro lhe oferece. É possível observar que o trauma pode decorrer de falhas ambientais, frequentemente associadas a esta dependência, somada à fragilidade psíquica do cuidador, que não consegue reconhecer e suprir tais necessidades.

Dessa forma, uma situação potencialmente traumática é composta de circunstâncias impactantes, ao que Zavaroni e Viana (2015), definem como aquelas situações que colocam a criança frente a perdas importantes e que desencadeiam (re)arranjos vivenciais significativos e custosos. É neste lugar que se pode interferir a psicanálise, atuando como este mediador entre a criança e o meio e fazendo colo de amparo através do uso da palavra e do escoamento dessa angústia através do reconhecimento da queixa que ela precisa para entrar no mundo psiquicamente mais saudável mesmo apesar das dores impostas.

Afinal, parafraseando Freud (1856-1939) "A psicanálise é, na verdade, um tratamento de cura pelas palavras" e "A cura vem pela fala", entendendo cura não como a negação da dor, mas o reconhecimento desta e o pensar a respeito do que é possível fazer com ela, mesmo na infância (principalmente na infância).

Faz-se necessário lembrar ainda, segundo pontuam Zavaroni e Viana (2015) que o trauma refere-se sempre a algo que diz respeito à intensidade de um acontecimento e a necessidade de pensarmos o trauma é para além do fato em si, pois este não é, necessariamente, desencadeado por um grande acontecimento. Por vezes, o elemento desencadeante do trauma são situações corriqueiras vividas no cotidiano e que só se tornam traumatizantes com interpretações futuras.

Os autores refletem ainda que todo trauma está associado a um acontecimento, através de situações que circundam o sujeito, desde as características da mãe ou seu substituto, até as condições de vida e as heranças culturais nas quais ele está imerso (Zavaroni; Viana, 2015). No caso da criança, a necessidade de atendimento às condições básicas de proteção e de sobrevivência a colocam em estreita relação de dependência ao outro e a vivência de situações potencialmente traumáticas que podem constituir um fator mobilizador de experiências emocionais impressas no psiquismo e marcadas por uma angústia precoce.

Apesar de não haver comprovações do porquê uma criança interpreta um fator como traumático enquanto outra consegue escapar quase que ilesa, pode-se, conforme concordam Zavaroni e Viana (2015) especular sobre as mudanças viabilizadoras da organização psíquica da criança através de sua análise. Afinal, o trauma pode ser visto justamente como esse congelamento da palavra e através do seu acolhimento há uma confluência da linguagem, capaz de apaziguar a confusão, o trauma.

A estes aspectos, Moura e Souza (2020) pontuam que a criança, que se sente abandonada, perde, com frequência, todo o prazer de viver ou, voltando-se, possivelmente a uma autoagressão. Os autores reforçam ainda a importância de ter alguém a quem se possa ter um endereçamento da fala.

Exemplificando-se esta fala, temos Winnicott (1983) que pontua a capacidade do bebê, primeiramente, sentir o objeto como subjetivo e posteriormente usá-lo, marcado como o seio materno, afirmando que esse espaço no qual o bebê alucina, será o lugar do jogo e do sonho, o lugar da análise, da transferência e da fantasia. O analista não se oferece como um objeto a ser reencontrado, mas se coloca com sua falta-a-ser, possibilitando essa revivência. Por conseguinte, o poder da transferência fica marcado não no analista em si, mas na capacidade deste em promover junto ao paciente o deslocamento de afetos, sendo um catalisador destes originados na primeira infância.

A tarefa da análise com crianças e até mesmo com adultos seria, portanto, proporcionar um ambiente cuja revivência de sentimentos traumáticos possibilitaram uma nova leitura destes. Neste aspecto, Winnicott (1983) pontua que a constituição do eu a partir do sentimento de desamparo e das negativas dos genitores é revivida na clínica com o analista e este precisaria suportar sua própria destruição enquanto objeto para a constituição do amor. O sentimento de amor estaria, dessa forma, aliado ao sentimento de amparo, sendo necessário sentir-se seguro para poder amar livremente.

Reforça-se, então, que a experiência psicanalítica pode ser vista como esse “lugar”, ao pressupor necessariamente um outro que escute, que silencie, que interprete; um outro que, para além de “suposto saber”, seja ele mesmo esse lugar, para que no momento que nele, adentram, deixe ele mesmo de ser este corpo, para fazer o amparo preciso (Moura; Souza, 2020). Percebendo-se, que o encontro do sujeito com um outro acolhedor gera uma afetação positiva que interage nas atualizações pulsionais e se manifesta de modo a manifestar uma elaboração do conteúdo traumático. Os autores acrescentam que o encontro entre a linguagem terna, autoplástica e o acolhimento através do uso sensível da linguagem da paixão é capaz de possibilitar a elaboração do trauma de uma forma pacificadora no sujeito.

Aproximando a ideia de bebê sábio de Ferenczi (1993) a de falso *self* para Winnicott (1983), poderíamos pensar o bebê sábio como um exímio preditor, pois desde muito cedo foi preciso pensar, todavia Winnicott (1983) ressalta também que o custo psíquico para controlar o ambiente é muito grande e rachaduras emocionais são inevitáveis para qualquer indivíduo. Logo, é em um processo de análise que narrativas vão sendo reconstruídas e tornando o indivíduo capaz de produzir uma espécie de costura capaz de criar uma cicatriz.

As aproximações destes dois autores passam pela retomada do valor do fator traumatológico na etiologia de casos graves e seria a partir de algumas propostas de elasticidade da técnica que poderia ser pensada a análise (Moura, 2020). Nota-se que quando são verificáveis a sorte de bons mentores na infância, é possível despertar para uma vida adulta emocionalmente mais saudável, cujo sentimento de felicidade torna-se a manifestação da aceitação, não incondicional, do mundo que o cerca. Aceitação, pois somente isto permitiria levar uma vida com resiliência ou como Ferenczi (1993) pontua, uma capacidade elástica de resolução de problemas, não incondicional para que se fique passivo diante do que o toca. Afinal, tratando-se de psicanálise, não se trabalha contra o sintoma e sim com o sintoma.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível repensar quais investimentos estão sendo endereçados às crianças, o que aconteceu dentro deste bebê sábio ou falso *self* e quais os custos lhe foram impostos, este seria papel central de uma psicanálise do cuidado, à medida que dar continuidade para quem não teve é a própria psicanálise em andamento. Reconhece-se que este não é um trabalho fácil, mas Winnicott (1983) acreditava que a resposta poderia vir da relação com as próprias mães e sua dinâmica objetiva subjetiva o bebê. Portanto, repensar como este bebê se organiza a partir da falta de algo tão importante como a figura materna e o custo emocional que lhe é infringido é redirecionar sua própria constituição subjetiva e eis aí o suporte através do uso da palavra ofertado pela psicanálise.

Assim, acredita-se que há muito mais a ser explorado nesse campo tão rico que é o processo de desenvolvimento da infância, considerando que é ela ponto de partida para constituição do próprio humano enquanto sujeito, mas acreditando que na ciência todo processo evolui a partir da construção e análise de infinitas narrativas. As nuances da constituição da Díade Mãe-Bebê principalmente quando consideradas em Situação de Vulnerabilidade Social são um campo denso, mas que fica claro que a psicanálise tem forte contribuição e poder de intervenção.

4. CONCLUSÃO

Percebe-se que a função da família é aquela que permite o desenvolvimento e a constituição psíquica e pressupõe algo da ordem do desejo. O que determina a constituição psíquica é a possibilidade da preservação dessas funções materna e paterna. A preservação dessas funções garante para a criança algo em torno do qual ela irá se estruturar: o desejo do Outro.

Considerando o sujeito a partir de suas pulsões desde a fase inicial de seu desenvolvimento, é proposto pensar como a estruturação psíquica da criança ocorre para potencializar sua simbolização e ressignificação de traumas. Verificando que toda e qualquer violência, é antes de tudo, um não da palavra, há momentos em que são fundamentais para o sujeito o desaparecimento e o recolhimento de si, em que será possível construir a distinção do outro.

Nota-se, portanto, que o bebê nunca chega sozinho ao mundo: ele vem cercado de desejos e expectativas; bem antes de sua chegada real, advindo do imaginário de seus pais. Seja esta uma gravidez planejada ou não, considera-se a sustentação da mesma até o seu período final e as elaborações feitas a partir da gestação|parto momentos fundamentais na constituição futura da psique deste bebê.

Quando todo esse processo já delicado ocorre em contexto de vulnerabilidade social percebe-se um agravamento de fatores de delicadeza e perigo, sendo necessários um olhar ainda mais cuidadoso por parte do governo mas também da ciência. Nesse entremeio, considera-se que a psicanálise pode atuar positivamente através do amparo ofertado pelo uso da palavra, sendo ela considerada uma espécie de colo para a mãe e conseqüentemente para o bebê.

Por fim, conclui-se que para um sujeito advir, não é suficiente apenas o investimento no seu bom funcionamento orgânico, há também, uma necessidade de investimento psíquico nesse bebê, um banho de linguagem, por exemplo, que o faça adentrar na cultura ao qual faz parte.

Somente apostando na relação com seus pais (ou com algum mediador que faça essa ponte, como o) é que se pode pensar na constituição de seu psiquismo de forma mais saudável e é aí que a psicanálise entra.

5. REFERÊNCIAS

- AGUIAR, G. M. R.; MARTINS, K. P. H.; ROSA, M. D. Criança, família e acolhimento institucional: entre a norma e a constituição psíquica. **Revista Sociedade e Configurações**, v. 23, p. 90–104, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/configuracoes/6900>. Acesso em: 30 nov. 2025.
- BABENCO, H. **Pixote, a lei do mais fraco**. [Filme]. Globoplay, 1981.
- BEZERRA-FILHO, J. G.; KERR-PONTES, L. R. S.; BARRETO, M. L. Mortalidade infantil e contexto socioeconômico no Ceará, Brasil, no período de 1991 a 2001. **Rev. Bras. de Saude Mater Infant**, v. 7, n. 2, p. 135–142, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1519-38292007000200003>. Acesso em: 30 nov. 2024.
- BORGES, S. “**Me deixou e nunca mais vi**”: País tem 8 casos de abandono de menor por dia. UOL, 22 out. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/10/22/casos-abandono-de-criancas-e-adolescentes-brasil.htm>. Acesso em: 30 nov. 2025.
- BRASIL. **Fome no Brasil piorou nos últimos três anos, mostra relatório da FAO**. Gov.br: Secretaria de Comunicação Social, 12 jul. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/07/fome-no-brasil-piorou-nos-ultimos-tres-anos-mostra-relatorio-da-fao>. Acesso em: 30 nov. 2025.
- BROZA DAHER, A. C. *et al.* Plantão psicológico a partir de uma escuta psicanalítica. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 38, n. 2, p. 147, 2017. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/32074>. Acesso em: 30 nov. 2025.
- CARNEIRO, C. B. L.; VEIGA, L. O conceito de inclusão, dimensões e indicadores. **Pensar BH: Política Social**. Belo Horizonte: SCOMPS/PBH, encarte especial da edição n. 10, 2004.
- CORDEIRO, A. M.; OLIVEIRA, G. M. D.; RENTERÍA, J. M.; GUIMARÃES, C. A. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Rev. Col. Bras. Cir.**, v. 34, p. 428–431, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcbc/a/CC6NRNtP3dKLgLPwcmV6Gf/?lang=pt>. Acesso em: 30 de. 2025.
- FERENCZI, S. **Obras completas de Sándor Ferenczi**. v. I, II, III, IV. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- GUEDES, C. F.; SCARCELLI, I. R. Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão. **Psicol. Soc.**, v. 26, p. 58–67, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/6m7cMvtD5RMHZ8tLGQ6tBqs/?lang=pt>. Acesso em: 30 nov. 2025.
- JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 301–308, 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/article/view/12173>. Acesso em: 24 nov. 2025.

MOURA, L. **Ferenczi e Winnicott**: análise de adultos na língua da infância. Belo Horizonte: Artesã, 2020. 228 p.

MOURA, O. de M.; SOUZA, S. Clínica do traumático: o testemunho como uma confluência de línguas. **Cad. Psicanal.**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 43, p. 233–247, 2020. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952020000200013. Acesso em: 30 nov. 2025.

PEREIRA, M. F. S. *et al.*. A experiência traumática precoce no berço das crianças “sábias”. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 453–474, 2020. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652020000300003. Acesso em: 30 dez 2025.

PRATA, A. K.; CINTRA, E. M. Apoio e acolhimento à mulher que se torna mãe: uma escuta psicanalítica. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.**, v. 20, n. 1, p. 1–10, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/SztyLyKMmgBDdMsRn6bWpry/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 nov. 2025.

REIS, C. de S. Vulnerabilidade social e grupos vulneráveis. In: REIS, C. de S. **Políticas Públicas e grupos em situação de vulnerabilidade**. Volume único. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2019.

SALDANHA, R. **Mortalidade infantil pode cair pela metade em 2070 no Brasil, diz IBGE**. CNN Brasil, 22 ago. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/mortalidade-infantil-pode-cair-pela-metade-em-2070-no-brasil-diz-ibge/>. Acesso em 30 nov. 2025.

SANTORO, V. De amor também se morre. **Reverso**, v. 36, n. 67, p. 91–95, 2014. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952014000100011. Acesso em: 30 nov. 2025.

VILHENA, J. de; AMARAL CAPISTRANO do, M. E. Em busca de uma certa singularidade: reflexões acerca da psicanálise infantil em uma instituição. **Psychê**, v. 6, n. 9, p. 197–211, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=30700915>. Acesso em: 30 nov. 2025.

WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação**: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

WINNICOTT, D. W. **Os bebês e suas mães**. 3. ed. Tradução de J.-L. Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2006. (Obra original publicada em 1988).

WINNICOTT, D. W. **Tudo começa em casa**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

YUNES, M. A. M.; SZYMANSKI, H. Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In: TAVARES, J. (Org.). **Resiliência e educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ZAVARONI, D. D. M. L.; VIANA, T. C. Trauma e infância: considerações sobre a vivência de situações potencialmente traumáticas. **Psic.: Teor. e Pesq.**, v. 31, p. 331–338, 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ptp/a/ZSxxb85nzh4spnyZbQsGY7D/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 nov. 2025.

Recebido: 02 de janeiro de 2025.
Aceito: 13 de dezembro de 2025.